



## COLÉGIO NOSSA SENHORA DO SAGRADO CORAÇÃO

ENTIDADE MANTENEDORA: Sociedade das Filhas de N. Senhora do Sagrado Coração  
CNPJ: 60.470.960/0002-28 / Fone: (11) 2783-5756 / Cel.: (11) 95215-0747  
CEP: 03364-010 / Rua: Planalto, 15B – Vila Formosa – São Paulo - SP  
Autorização de Funcionamento: Resolução n.º 1625 de 22/02/49  
Reconhecimento: COGSP – DOE de 06/03/80  
Diretoria de Ensino – D. E. – Leste 5



### FICHA SOCIOECONÔMICA: ANO 2024

Protocolo N° \_\_\_\_/2024

#### 1. DADOS DO ESTUDANTE

( ) Ens. Fund. I                      ( ) Ens. Fund. II                      ( ) Ens. Médio

Estudante: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Data de Nasc.: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Série/Ano para 2024: \_\_\_\_\_ Anos de Estudo no CNSSC: \_\_\_\_\_

Teve Bolsa de Estudo em 2023? Sim ( ) Não ( ) Qual percentual? 50% ( ) ou 100% ( )

Têm irmãos estudando no CNSSC? Sim ( ) Não ( )

Nome: \_\_\_\_\_ Série/Ano: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Série/Ano: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Série/Ano: \_\_\_\_\_

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Pai: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Tel: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Tel: \_\_\_\_\_

Responsável Solicitante: \_\_\_\_\_

Endereço do Responsável Solicitante: \_\_\_\_\_ n.º: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Tel: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

#### 3. GRUPO FAMILIAR

(Todas as pessoas que estão residindo na mesma moradia, que usufruem da renda bruta mensal familiar).

Nome	Idade	Parentesco	Profissão	Local de Trabalho	Renda Bruta
Outras rendas: Renda de Aluguel					
Programas Governamentais					
Valor recebido de pensão judicial: ( + )					
Valor pago a título de pensão judicial: ( - )					
Total de integrantes do grupo familiar: _____			Total das rendas brutas: _____		

#### 4. SITUAÇÃO HABITACIONAL

Endereço residencial da família:

Rua/Av: \_\_\_\_\_ n.º: \_\_\_\_\_ Apart.: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Ponto de referência: \_\_\_\_\_

**Moradia:**

- ( ) Própria  
 ( ) Alugada - Valor do aluguel: \_\_\_\_\_  
 ( ) Financiada - Valor da prestação: \_\_\_\_\_  
 ( ) Cedida - Nome e parentesco com proprietário (declaração): \_\_\_\_\_

**5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES****Despesas Mensais:**

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Moradia		Telefone/Celular	
Alimentação		Internet e TV	
Água		Transporte/Combustível	
Luz		Plano de Saúde	
Condomínio		Outras (despesas não relacionadas no quadro)	
<b>Subtotal:</b>		<b>Subtotal:</b>	
<b>TOTAL GERAL:</b> _____			

**Veículos:**

Marca/Modelo	Ano de Fabricação	Valor da Parcela	Valor Aproximado Tabela

**Membros do Grupo Familiar estudando em instituições particulares:**

Nome	Escola/Universidade	Valor da Parcela

**Membros do Grupo Familiar que tem doença crônica**

(São consideradas doenças crônicas aquelas indicadas na Portaria Interministerial MPAS/MS n. 2.998/2001).

Paciente	Doença	CID

**Declaro que estou ciente de que a falsidade de declarações ou omissão de documentos ora apresentados acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal e que constituem motivo suficiente para o cancelamento do processo e/ou da concessão da bolsa de estudo (Art. 229 CP)\*.**

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Solicitante

CPF:

\*Código Penal - Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele deva constituir, ou nele inserir, fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deva ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena - Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa se o documento é particular. Parágrafo único - Se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena da sexta parte.

\*O atendimento de assuntos sobre Concessão de Bolsa de estudos será realizado EXCLUSIVAMENTE pelo Serviço Social; que utilizará medidas técnicas e administrativas aptas a proteger todos os dados informados pela família, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018).